



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ GÊNERO E RESISTÊNCIAS: POTÊNCIAS FEMINISTAS FRENTE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Profª Drª Cláudia Palma Campos¹
Universidad de Costa Rica

Profª Drª Glória de Lourdes Freire Rabay²
Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Renata Monteiro Garcia³
Universidade Federal da Paraíba

De frente para a página em branco, três professoras feministas se veem no desafio de apresentar o primeiro dossiê temático da Revista Sudamerica. Como produzir a seis mãos e de países diferentes um texto que ilustre o orgulho da primeira publicação deste periódico, que honre as pesquisadoras que aprovaram seus trabalhos nesse número e que reúna a diversidade de lugares dos quais nós três falamos? Somos uma antropóloga, uma jornalista e uma psicóloga que pesquisam temáticas diversas, mas com perspectiva de gênero. Nossas trajetórias se cruzam naquilo que a ciência tem de mais potente: o encontro das produções que buscam apontar para a construção de um mundo mais justo.

¹ Licenciada en Antropología Social. Académica e Investigadora de la Escuela de Sociología de la Universidad Nacional e interesada en los temas vinculados con el trabajo con mujeres y en la investigación género-sensitiva. Correo electrónico: cpalma@una.ac.cr.

² Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero ? NIPAM/UFPB e do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH/UFPB. Professora do Programa de Pós-graduação em Jornalismo PPJ/UFPB e do PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB). E-mail: gloria.rabay@gmail.com.

³ Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, lotada no Departamento de Educação e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB). E-mail: renata.garcia@academico.ufpb.br.



Estamos em dezembro de 2025 e somos assoladas e mobilizadas por uma série de notícias sobre violência e assassinatos de mulheres no Brasil. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre janeiro e setembro deste ano 2,7 mil mulheres sofreram tentativas de feminicídio, enquanto outras 1075 foram assassinadas por este crime em nosso país. Os números alarmantes não são um caso isolado, a ONU aponta que, em 2024, 83 mil mulheres e meninas foram mortas intencionalmente e que 50 mil delas foram assassinadas por parceiros íntimos ou familiares, o que se traduz pela equação de que uma mulher a cada 10 minutos é assassinada no mundo.

Portanto, este dossiê é produto do compromisso com os Direitos Humanos e com a luta por um mundo em que as mulheres possam viver. Do lugar de onde falamos, que é o de professoras-pesquisadoras da universidade pública, o compromisso com a denúncia, com o estudo sério e aprofundado das desigualdades e violências, a geração de dados e evidências, a ação social implicada com a transformação da realidade, são formas de atuar no mundo que se filiam aos movimentos sociais de mulheres que buscam por igualdade de gênero.

Ao lançar em seu primeiro número o Dossiê “Gênero e Resistências: Potências Feministas frente às Violações de Direitos Humanos”, a Revista Sudamerica demonstra o quanto o Programa de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba se vê imerso nos debates de gênero tanto nas pesquisas que desenvolve, quanto na ampliação deste tema ao propor esta publicação, demonstrando a implicação com um mundo mais justo. O convite feito a nós para atuar como organizadoras é desafiador e, sobretudo, um presente por estarmos reunidas nesta tarefa.

O nome do dossiê, ao ressaltar as resistências e potências feministas, aponta para um necessário olhar sobre a desigualdade de gênero vivenciada por mulheres: nós somos força. E ainda que a violência se sobreponha sobre nossos corpos, insistimos em viver, em não nos subordinar, em não sucumbir.

Apesar dos textos reunidos neste dossiê revelarem a persistência da violência contra as mulheres em múltiplos planos, também apontam para as possibilidades de resistência que se constroem desde diferentes pontos. A



diversidade de temas que se reuniram neste número mostram a potência feminista desenhando fissuras na prática jornalística, na ciência, na escola, nos movimentos sociais e na universidade.

Este dossiê articula diferentes categorias que fazem parte do pensamento feminista e decolonial. A interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021) é um conceito presente em todos eles e permite compreender a ligação entre gênero, raça, classe e sexualidade e como, em conjunto, produzem desigualdades. A violência simbólica (Bourdieu, 2005) que contribui para naturalizar hierarquias, a afroclusão (Souza, 2025), que analisa a forma como as pessoas negras são excluídas da produção, assim como o Epistemicídio (Carneiro, 2023), que analisa a negação sistemática do conhecimento negro dentro da academia. Os textos aqui apresentados dialogam com estas e outras categorias para contribuir para a categoria clássica de Joan Scott (1995) do gênero como uma relação de poder.

Nas categorias de violência estrutural e negação de direitos, encontramos o artigo sobre os “Efeitos adversos da cota de gênero: dilemas e contradições no campo político”, de Laura Vera e Isabella Pimentel, que examina as contradições da política afirmativa sobre cotas de gênero no acesso a cargos de liderança, bem como os seus efeitos colaterais. O debate proposto pelas autoras torna-se fundamental para a garantia da democracia e dos direitos humanos, pois dá visibilidade ao quadro de desigualdade de gênero no cenário político brasileiro e os desafios a serem enfrentados para sua superação. As autoras contribuem sobremaneira para a reflexão da temática e apontam a importância de pensarmos mulheres ocupando cargos legislativos não somente como obrigação, mas como princípio para uma democracia plena. Além disso, sinalizam a necessidade de revisão da reserva de candidaturas pela reserva de assentos no legislativo, garantindo maior efetividade da representação de mulheres.

No âmbito do privado, podemos ressaltar a análise do filme “É assim que acaba”, com o artigo “*Violência Doméstica e Transgeracionalidade: análise do filme “É assim que acaba (2024)”* de Marília Gonçalves e Nádia Neckel que examina a violência doméstica como um fenômeno transgeracional, articulando



discurso, ideologia e memória. Neste trabalho se analisa a narrativa audiovisual para colocar em evidência os ciclos de repetição e ruptura da violência de gênero, produto de uma cultura patriarcal que pode ser reproduzida de geração em geração. Os sentidos produzidos socialmente compõem como elemento central para reflexões críticas sobre estruturas discursivas da violência. Este documento é importante, pois conecta a teoria feminista e a análise do discurso para compreender a violência como estrutura histórica e simbólica que, de acordo com a filósofa Silvia Federici é uma constante na vida das mulheres no capitalismo e que não pode ser compreendida se não em seu vínculo com os processos econômicos, políticos e sociais, com raízes profundas no sexismo e no racismo.

A este documento se une o artigo *“Maternalismo e desproteção: o sequestro de bebês pelo uso de drogas materno como violência reprodutiva”*, de Clara Meirelles, que visibiliza como o vínculo materno-filial pode estar submetido a processos de punição quando a mulher vivencia vulnerabilidades produzidas socialmente. O direito à proteção ou à punição estará investido de um olhar moralizador que atravessa as relações sociais e institucionais que individualizam e culpabilizam a mulher que não cumpre o papel de gênero conforme designado socialmente.

O artigo problematiza o caso de afastamento determinado judicialmente de mães que usam drogas de seus filhos ou filhas, como uma manifestação da violência reprodutiva. Expõe que se trata de uma lógica familista-maternalista que lhes nega o direito de ter e cuidar de seus próprios filhos, sendo atravessadas por uma ótica racista e aporofóbica, pois é uma prática que afeta majoritariamente mulheres negras e pobres.

A estes trabalhos se somam aqueles que podemos localizar na análise das violências simbólicas e mediadas, como o abordado no artigo *“Eu venho me fortalecer dentro desse processo político”*: experiências de militâncias lésbicas feministas no Ceará” de Larissa Nunes, Mitchell Meira, Maria Iara Salles e João Paulo Barros, que aborda a lesbofobia cotidiana e as estratégias que estas mulheres desenvolvem para enfrentá-la, neste caso, mediante a militância lésbica que transforma a exclusão em ação política. Deve-se ressaltar que a



lesbofobia se articula com o racismo e a misoginia, intensificando umas às outras violências e que através da organização política, como demonstra o artigo, é possível desestabilizar a heteronormatividade usando estratégias de “reexistência” tais como redes afetivas, coletivos culturais e ocupação de espaços públicos.

A análise de alcance da misoginia mediante a abordagem sensacionalista dos meios de comunicação na Paraíba quando se dão casos de violência contra as mulheres e feminicídio é examinado no artigo *“Um guia para comunicadores em defesa dos direitos humanos das mulheres na mídia”* de Mabel dos Santos. Com ele se apresenta o “Guia para enfrentar as violências contra as mulheres” dirigido a jornalistas e orientado para uma cultura ética e humanizada diante da divulgação midiática de casos de violência. O artigo demonstra como a mobilização da universidade e do movimento de mulheres produziu o guia e como sua publicação reverberou em diversas instâncias e espaços na Paraíba. Com este material se pretende promover boas práticas comunicativas para o respeito dos direitos humanos e que possam combater a misoginia nos meios sensacionalistas.

A análise da violência simbólica se une ao documento *“Direitos Humanos LGBTQIAPN+ e a Escola: entre violências e resistências”* de Caroline Manoel e Amanda de Mendonça que reflete como a escola é um espaço de disputa e resistência diante das violências cisheteronormativas, tal como adverte a pesquisadora em gênero e educação Guacira Lopes Louro (2000) quando aponta que a escola não é neutra, ela produz e legitima normas que excluem corpos dissidentes. Este trabalho se preocupou em analisar a escola enquanto instituição que reproduz e consolida desigualdades que são históricas sobre o racismo, a classe, o gênero e a orientação sexual, mas também como ela, desde uma perspectiva disruptiva, pode promover direitos humanos e apoiar a emancipação das identidades dissidentes, desde que mediante práticas pedagógicas emancipatórias que possibilitem a formação docente em gênero e sexualidade.

Neste contexto educacional nos encontramos com o texto *“Cuidar, produzir, resistir: narrativas de mulheres nas Ciências Agrárias”* de Viviane



Ferreira, Bethânia Silva e Patrícia Azevedo, que analisa as trajetórias das mulheres nas ciências e naqueles espaços atravessados por fortes valores do pacto patriarcal, tradicionalmente ocupados por homens e ao domínio da terra, como as Ciências Agrárias, para compreender como negociam a maternidade, o cuidado e a produtividade na academia. Tal como se menciona, a presença das mulheres deste campo desafia uma cultura que naturaliza o saber agrônomo e o documento busca compreender as barreiras simbólicas e materiais que afetam sua permanência na academia.

Destaca-se a denúncia da lógica produtivista da academia que se posiciona ignorando a necessidade de uma política que compreenda o cuidado como parte da vida acadêmica. Além disso, a discussão promovida sobre como estas mulheres criam redes informais de resistência e estratégias individuais para seguir adiante. Estas dimensões colaboram para a discussão proposta pelas autoras em que as resistências devem ser levadas em conta para o desenho de políticas que garantam a permanência e equidade de mulheres na academia.

Finalmente, no campo da saúde mental, tem-se o artigo *“Dia Nacional da Luta Antimanicomial e mulheres: experiências e participação política”* de Melissa Pereira, que em conjunto com o artigo *“Subjetividades desestabilizadoras e pedagogias de resistência: docentes negras na pós-graduação brasileira”* de Tainah do Nascimento, mostram como o racismo e o sexismo se entrelaçam como hierarquias epistêmicas, configurando cenários de exclusão contra as mulheres de maneira persistente ao longo do tempo.

O primeiro trabalho se preocupa por visibilizar a maneira como a lógica manicomial capturou a figura feminina reproduzindo violências de gênero, raça, classe e sexualidade que fizeram delas sujeitas preferenciais do asilo e da medicalização, ao tempo em que atualmente, são as mulheres pilares centrais das transformações necessárias para a superação desta lógica no Brasil. O documento trata de compreender como as mulheres têm construído redes e práticas políticas na luta antimanicomial, especialmente através de sua participação no Movimento Brasileiro de Saúde Mental e ao redor do Dia



Nacional da Luta Antimanicomial. Mais uma vez, a potência feminista comparece nas resistências

O artigo sobre as subjetividades desestabilizadoras, se vincula ao anterior no seu interesse em compreender os impactos e estratégias de resistência frente ao racismo institucional. A presença de populações negras e indígenas na educação superior são produto das políticas de ações afirmativas que questionaram a desigualdade racista sobre a educação superior. A presença das mulheres negras na docência da pós-graduação é um passo posterior que desestabiliza o que se chamou de “pacto narcisista da branquitude” nos espaços de poder e prestígio. Pode-se dizer que a partir das histórias de docentes investigadas neste artigo, aponta-se que sua presença não só tenciona a branquitude acadêmica, mas também produz pedagogias insurgentes, e isto permite compreender como estratégias de resistência frente ao racismo institucional.

Nestes processos de resistência aparece o artigo *“Marcha das Mulheres Negras da Paraíba: Afroclusão, resistência e enfrentamento à recusa ativa de autoria”* de Jéssica Souza e Michele Ferreira. Através da análise da Marcha, como prática política e epistêmica, retoma-se a ideia de afroclusão, não como o processo de enfatizar a exclusão das pessoas negras como vítimas, mas como a afirmação de seu protagonismo e soberania epistêmica e política, afirmando-se como sujeitos produtores de conhecimento na cultura, nos espaços de poder e produção de ciência. Visto assim, a Marcha das mulheres negras é vista como um espaço de denúncia de múltiplas opressões históricas, mas reinscreve a autoria negra em espaços que historicamente lhe foram negados. Destaca-se que a Marcha funciona como uma contra-narrativa ao epistemicídio que Sueli Carneiro (2023) sintetiza como “o epistemicídio é a negação sistemática dos saberes negros”. A isso se propõe o “Bem Viver” como um projeto civilizatório autocentrado.

Com esta introdução, queremos salientar que os documentos presentes no dossiê revelam progressos na construção de uma agenda feminista e antirracista, mas também evidenciam uma série de tensões, por exemplo, entre a inclusão formal e a inclusão substantiva, o reconhecimento simbólico e a



redistribuição material, as políticas públicas e as práticas culturais, ou ainda a neutralidade acadêmica e os conhecimentos insurgentes. Estas tensões confrontam-nos com a necessidade de as ações afirmativas que possamos levar a cabo, enquanto países, serem baseadas em pedagogias críticas e propositivas que desmantelem o pacto narcisista da branquitude (Bento, 2002).

Portanto, a perspectiva de potências feministas convocadas para este dossiê foi acionada pelas autoras destes artigos a partir de importantes aprofundamentos teóricos, diferentes agências e espaços de atuação. Esta parceria coletiva de mulheres proporcionou um dossiê marcado pela possibilidade de invenção de novas práticas e saberes, movimentando engrenagens e estratégias coletivas comprometidas com os Direitos Humanos.

A todas as pessoas que se mobilizaram para que este Dossiê se fizesse realidade gostaríamos de estender nossa alegria e sentimento de comunidade. O destaque para o fato de que este trabalho foi composto majoritariamente por mulheres não é aleatório, estejamos atentas para o fato de que os homens têm participado pouco dos debates que envolvem a perspectiva de gênero. Aos que estiveram conosco nesta empreitada nosso desejo de renovação e avanço de parcerias. Desejamos que o Dossiê seja também convocatório para que nos leiam, prestem atenção e se filiem nas mudanças que avançamos no mundo.

Às autoras, avaliadoras, componentes do comitê de fluxo editorial e editoras da revista (nos referimos a todas as pessoas do gênero feminino, já que estamos em maioria neste grupo) nosso reconhecimento: vocês pensam, mobilizam, convocam e resistem.

Estamos em dezembro de 2025 e somos presenteadas com a notícia de que Nina veio ao mundo. Ela, como todas as meninas que chegam para partilhar esta vida conosco, merece viver sem medo de sofrer violência ou ser assassinada pelo simples fato de ser mulher. Ela e todas nós somos força e resistência que sopram no mundo a possibilidade de partilha e vivências mais justas. Que este dossiê alcance muitos espaços e seja mobilizador da construção de novas estratégias de resistência e transformação da realidade social.



Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Publicação: Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. São Paulo: Editora Autêntica, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **RACISMOS contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

SOUZA, Jéssica Araújo de. Afroclusão: uma proposição teórica para compreender a exclusão estrutural da população negra no Brasil. **Direitos Humanos e Transdisciplinaridade**, v. 3, n. 1, 2025.

COLLINS, P. G.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BENTO, Maria Aparecida Santos. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento Humano. São Paulo, 2002.



Este é um trabalho em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.